

ACM debate Mercosul com Eduardo Menem

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem em seu gabinete o presidente provisório do Senado da República Argentina, Eduardo Menem. No encontro, debateram o processo de integração dos países membros do Mercosul e também a promoção de fóruns baseados na União Interparlamentar para atingir esse objetivo.



Antonio Carlos Magalhães recebe em seu gabinete o presidente do Senado argentino

Cafeteira e TSE pedem apoio para urna eletrônica

O senador Eptácio Cafeteira pediu apoio à liberação de verbas para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dar prosseguimento à implantação do voto eletrônico. O objetivo, garantiu Cafeteira, é reduzir as possibilidades de fraude no pleito de 1998. A busca de apoio à informatização do TSE, visando melhor desempenho nas apurações das próximas eleições, foi tema, também, da conversa que o próximo presidente do tribunal, ministro Ilmar Galvão, manteve com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, durante audiência ontem à tarde. **Página 5**

CCJ começa a discutir reforma da Previdência

Substituto do senador Beni Veras estabelece aposentadoria aos 35 anos de contribuição e 60 anos de idade, no caso do homem

Começa a ser discutido hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à proposta de emenda constitucional que trata da reforma da Previdência Social. Uma das mudanças básicas do texto do relator refere-se à aposentadoria por tempo de serviço, que passa a ser devida só para quem atingir 35 anos de contribuição e 60 de idade, se homem, e 30 anos de contribuição e 55 de idade, se mulher.

De acordo com o substitutivo, fica assegurado o direito à aposentadoria nas condições hoje vigentes a quem, até a data da promulgação da emenda, tiver cumprido todos os requisitos exigidos atualmente para obtenção do benefício. Nas regras de transição, fica estabelecido que os que ainda não tenham atendido às condições para a obtenção da apo-



Beni Veras

sentadoria estarão sujeitos a um limite mínimo de idade - 53 anos, se homem, e 48, se mulher - e também ao cumprimento de um maior tempo de serviço - período adicional de contribuição de 20%, no caso de aposentadoria integral, e de 40%, na hipótese de aposentadoria proporcional.

Com relação aos professores, o substitutivo dispõe que a lei poderá reduzir em cinco anos os requisitos para acesso à apo-

sentadoria de quem leciona no ensino fundamental.

O texto mantém a distinção entre os regimes previdenciários para o serviço público e o setor privado, garante um serviço previdenciário próprio para os servidores militares, remete a uma lei complementar a definição sobre a aposentadoria e a pensão decorrentes do exercício do mandato eletivo, proíbe a acumulação de provento de aposentadoria com remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, e estabelece um limite máximo para o total de proventos de aposentadoria que um indivíduo pode receber dos cofres públicos.

No substitutivo, há ainda normas sobre a previdência privada, a previdência complementar para o servidor público e o financiamento da seguridade social, entre outras questões.

Palmeira quer compensação para que se aprove FEF

Será difícil aprovar a prorrogação do FEF sem compensações para as perdas de estados e municípios, segundo Guilherme Palmeira.
Página 8

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

11h - Recebe o senador Carlos Patrocínio, acompanhado de membros da Federação Nacional dos Médicos, Conselho Federal de Medicina e Associação Médica Brasileira

11h30 - Recebe a deputada Rita Camata, acompanhada de membros da Comissão Especial da Mulher

15h30 - Preside Sessão Deliberativa do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLC nº 89/93**, que institui, em todo o território nacional, a notificação compulsória para os casos de intoxicação humana por produtos e substâncias químicas ou agentes biológicos, que tenham recebido atendimento hospitalar ou ambulatorial; ***PLC nº 190/93**, que dispõe sobre fornecimento gratuito de registro extemporâneo de nascimento; ***PLC nº 25/95**, que dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental - APA no distrito de Joaquim Egídio, município de Campinas - estado de São Paulo; e ***Projeto de Resolução nº 71/97**, que autoriza o estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 150 milhões, destinados ao financiamento de parte do programa de rodovias daquele estado.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Discussão da PEC nº 33/96, que modifica o sistema de Previdência Social. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: 1ª parte: Exposição, sobre as relações entre Brasil e Argentina, do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Argentino, senador Eduardo Menem; do presidente da Comissão de Relações Interparlamentares do Senado Argentino, senador Omar Vaquir; do presidente do Grupo Argentino no Parlamento Latino-Americano, deputado Luis Rubero; e do embaixador da Argentina no Brasil, Diego Ramiro Guelar. 2ª parte: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLS - Complementar nº 318/91**, que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente, mediante permissão do presidente da República, independente da autorização do Congresso Nacional, nos termos do disposto nos arts. 21, inciso IV, 49, inciso II e 84, inciso XXII, da CF; e ***Mensagem nº 93/97**, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do diplomata Affonso Celso de Ouro-Preto para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à Áustria, exercer o mesmo cargo junto à Croácia. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Discussão do calendário das próximas viagens; apresentação do relatório da viagem ao Rio Grande do Sul; e outros assuntos. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h - Comissão Temporária destinada a acompanhar, *in loco*, os atos, fatos e circunstâncias que envolveram e provocaram a morte de dezenas de crianças no berçário do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, em Boa Vista, estado de Roraima

Pauta: Reunião para análise da viagem feita a Boa Vista - RR e preparação do relatório final. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Exposição do governador do estado de São Paulo, Mário Covas. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

17h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLS nº 94/96 (terminativo)**, que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; ***PLC nº 14/96 (não terminativo)**, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país; ***PLC nº 63/96 (não terminativo)**, que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; e ***PLS nº 33/97 (não terminativo)**, que cria o Comitê do Senado Federal para as comemorações do 4º centenário da morte do padre José de Anchieta, Apóstolo do Brasil. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

Reunião de instalação de comissões mistas, quando serão eleitos os presidentes e vice-presidentes e designados os relatores das seguintes medidas provisórias:

15h - MP nº 1534-6/97, que dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica. *Sala 13 - Ala Senador*

Alexandre Costa

16h - MP nº 1537-39/97, que dispõe sobre a base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o parágrafo 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/91. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

16h30 - MP nº 1538-41/97, que dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pela Lei nº 8.031/90, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177/91 e da Lei nº 8.249/91, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h - MP nº 1539-32/97, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h30 - MP nº 1541-25/97, que dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 52 da Lei nº 8.931/94, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da administração pública federal. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (18.06.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLC nº 75/93**, que acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS do aposentado, na condição que especifica; e ***PDL nº 19/97**, que aprova o texto do Acordo por troca de notas, que incorpora os parágrafos 4, 5 e 6 ao artigo V do Acordo para a construção da Ponte São Tomé e São Borja, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina, em Buenos Aires, em 17.11.95.

Quinta-feira (19.06.97)

14h30 - Agenda em aberto

Sexta-feira (20.06.97)

9h - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

Quarta-feira (18.06.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLS nº 13/95**, que dispõe sobre a instituição da cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes; ***PLS nº 310/95**, que altera dispositivos da Lei nº 9.112/95, que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados; e ***PLS nº 119/96**, que dispõe sobre a responsabilidade do autor de ação de impugnação de mandato eletivo, se temerária ou de má fé. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLC nº 75/96**, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala nas condições que especifica; ***PLC nº 60/95 (não terminativo)**, que institui a gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral; e ***PLS nº 240/96 (terminativo)**, que dispõe sobre a negociação coletiva de direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação da "Mensagem nº 107/97, que submete à apreciação do Senado o nome do tenente-brigadeiro-do-ar João Felipe Sampaio de Lacerda Júnior para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria compulsória, por implemento de idade, do ministro Jorge José de Carvalho. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

Quinta-feira (19.06.97)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLS nº 212/95 (terminativo)**, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal às pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; ***PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo)**, que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; ***PLS nº 153/96 (terminativo)**, que acrescenta incisos ao art. 19 da Lei nº 8.629/93, que incluem ex-proprietários de áreas alienadas para fins de pagamentos de débitos originados de operações de crédito rural na ordem preferencial de distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária; e ***PLS nº 195/96 (terminativo)**, que dispõe sobre alterações de alíquotas do imposto de importação. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

CPI DOS PRECATÓRIOS

Maluf deve responder amanhã se conhecia alguma irregularidade

Senadores perguntarão a ex-prefeito se tinha conhecimento de envolvimento de servidores municipais com emissão de títulos

O presidente da CPI dos Precatórios, Bernardo Cabral (PFL-AM), assinou ontem ofício convidando o ex-prefeito Paulo Maluf a apresentar-se à comissão amanhã, às 17h. A iniciativa foi do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que, ouvindo no rádio do carro o ex-prefeito dizer que ainda não havia recebido o convite, resolveu procurar Cabral, pedindo-lhe que assinasse logo o ofício.

"Se é por falta de convite, não seja por isso", comentou Eduardo Suplicy, ao distribuir a cópia do ofício para a imprensa. No texto, Cabral diz que Maluf deve vir con-



Eduardo Suplicy

forme sua conveniência e "dentro de suas possibilidades funcionais". Esclarece também já ter encaminhado a ele, via Sedex, cópia do relatório parcial apresentado por Roberto Requião (PMDB-PR).

Segundo Eduardo Suplicy, o ofício foi enviado para Paulo Maluf via fax. Apesar de o



Bernardo Cabral

relatório parcial das investigações não se referir ao ex-prefeito de São Paulo, ele deverá explicar à CPI se tinha conhecimento da ação dos funcionários que trabalhavam com Wagner Baptista Ramos (ex-coordenador da Dívida Pública da prefeitura) na emissão irregular de títulos para pagar precatórios.

Covas diz hoje por que estado emitiu tanto

A CPI dos Precatórios reúne-se às 17h de hoje para ouvir o governador de São Paulo, Mário Covas, sobre as emissões de títulos públicos feitas para pagar débitos judiciais. No seu relatório preliminar, o relator Roberto Requião (PMDB-PR) salientou que o estado vem emitindo títulos para pagar precatórios desde 1989.

A soma das seis emissões de São Paulo chega a R\$ 5,2 bilhões, mas apenas 18,8% desse total foram para o pagamento de precatórios, segundo Requião. Os R\$ 4,2 bilhões restantes foram conseguidos mediante cálculos e estimativas da Secretaria de Fazenda do estado, "a qual vinha objetivando a emissão da maior quantidade possível de letras".

O relator concluiu que os R\$ 4,2 bilhões "pesam sobre o povo de São Paulo, ou pesarão



Roberto Requião

sobre todo o povo do país, se a dívida vier a ser federalizada". Daí por que ele sugere, como faz com todas as emissões desviadas, que esses R\$ 4,2 bilhões sejam resgatados, independentemente de outras medidas que devem ser adotadas pelo Tribunal de Contas, pela Assembleia Legislativa e pelo Ministério Público para punir os responsáveis.

No seu relatório Requião também diz que a CPI encaminhou seis ofícios ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pedindo informações sobre as operações realizadas pelo

governo com títulos. Ele observou que pressupunha que aquele tribunal teria acumulado informações sobre o assunto, visto que o governo paulista vem emitindo títulos para pagar precatórios desde 1989.

Todavia, em todas as respostas, disse o relator, "é manifesta a coleta momentânea de informações, indicando que o tribunal não acumulou informações sobre os lançamentos feitos, respectivas arrecadações e pagamento de precatórios ao longo do período".

Na opinião do relator, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo foi, no mínimo, "omisso em fiscalizar uma vinculação de recursos feita pela Lei Maior do país". Ele concluiu que, sendo comprovado o desvio destes recursos para outros fins, e também sendo emitidos em valor maior que o devido, torna-se "o Tribunal de Contas co-responsável pelas irregularidades porventura praticadas".

Política de boa vizinhança na pauta da CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), reúne-se às 10h de hoje para uma exposição sobre as relações entre o Brasil e a Argentina. Os oradores serão o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado argentino, Eduardo Menem; o presidente da Comissão de Relações Interparlamentares, senador Omar Vaquir; o presidente do Grupo Argentino no Parlamento Latino-Americano, deputado Luís Rubio; e o embaixador da Argentina no Brasil, Diego Ramiro Guelar.

A CPI do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), discute, a partir das 10h, o calendário das próximas viagens e apresenta o relatório da viagem feita recentemente ao Rio Grande do Sul.

Ainda hoje, às 17h, a Comissão Temporária destinada a acompanhar, *in loco*, os atos, fatos e circunstâncias que provocaram a morte de dezenas de crianças no berçário do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, em Boa Vista, Roraima, analisa a viagem feita a esta cidade e prepara o relatório final.

Também à tarde, a Comissão de Educação reúne-se, às 17h30, para apreciar projetos de lei do Senado, em caráter terminativo, entre os quais o do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.

Casos de intoxicação humana podem ter registro compulsório

Entre outros projetos, será debatida autorização para o Rio Grande do Sul contratar empréstimo do BID destinado a financiar rodovias

O plenário do Senado discute hoje, em turno único, o projeto de lei da Câmara que institui, em todo o território nacional, a notificação compulsória para os casos de intoxicação humana por produtos e substâncias químicas ou agentes biológicos, que tenham recebido atendimento hospitalar ou ambulatorial, e outro

que dispõe sobre fornecimento gratuito de registro extemporâneo de nascimento.

Discutirá, também, o projeto que dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental - APA no distrito de Joaquim Egidio, município de Campinas - estado de São Paulo; e o projeto de resolução da Comis-

são de Assuntos Econômicos que autoriza o estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 150 milhões, destinados ao financiamento de parte do programa de rodovias daquele estado.



Júlio Campos

Campos defende vacinação como prioridade nº 1

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu a vacinação como prioridade nas iniciativas da Saúde no país. A seu ver, esta seria a única forma de combate efetivo a doenças como o sarampo e o tétano, entre outras que atingem milhares de crianças no país. Ele disse que "os homens públicos devem denunciar no Congresso tudo o que prejudicar o alcance desse objetivo".

Segundo o senador, "não é mais admissível, às vésperas do novo milênio, que milhares de famílias brasileiras suportem desnutrição, doenças evitáveis, e que crianças estejam expostas a enfermidades frequentes, crescimento deficiente e morte prematura". Para ele, a vacinação é a maneira mais segura de garantir uma vida saudável para as 18 milhões de crianças brasileiras menores de cinco anos.

De acordo com Campos, a situação poderia ser ainda mais grave se providências não tivessem sido tomadas nos últimos quinze anos. "Desde a década de 80, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) vem liderando uma campanha mundial para alcançar a meta de 80% de imunização, com resultados que possibilitaram não só a preservação da vida de milhões de crianças, mas também a proteção contra a desnutrição e as doenças."

Entende o senador que, para o Brasil alcançar o desenvolvimento almejado, é necessário erradicar não apenas os sintomas, mas também as causas da pobreza e do subdesenvolvimento.

Távola aponta "novidade progressista" na aliança entre o PSDB e o PFL

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) disse ontem que a união entre liberais modernos e social-democratas "é a grande novidade progressista da política brasileira", mas "só os politizados podem vislumbrar seu alcance". A observação do senador foi feita a propósito dos desdobramentos provocados por entrevista do

senador Pedro Simon (PMDB-RS), que condenou a aliança PSDB-PFL.

Para Távola, a novidade da atual aliança entre PSDB e PFL reside no fato de que ela foi "colocada em termos de campanha eleitoral", foi feita às claras e opera sobre partidos de relativa assimetria. Incompreendida, trata-se de aliança entre duas tendências "que hoje se unem para pa-

vimentar o caminho da governabilidade: a tendência liberal e a tendência social-democrata. Aqui está a novidade, a surpresa, a coragem", afirmou.

- Tivéssemos um partido hegemônico, não haveria necessidade da aliança. Esta se dá exatamente entre os diferentes, senão não seria aliança - disse.

Na opinião do senador, os quase 74 anos de presidencialismo demonstram que "a inexistência de bases de alianças sólidas na sustentação dos governos tem sido a causa fundamental de sua diluição, de sua dificuldade de exercício do poder até o final".

Esse presidencialismo, a seu ver, "nada mais tem sido que a véspera do golpe" e caracteriza-se pela diferença entre a correlação de forças que elege o



Artur da Távola

presidente da República e a que elege o Parlamento. A consequência, segundo Távola, foi a prática brasileira de centralização do poder na figura do presidente da República e "a busca de maioria pela cooptação", o que pode levar a "formas menores de comportamento político, porque envolvem as chamadas práticas fisiológicas". Esse quadro, conforme o senador, revela que o país não tem prática da política de alianças, daí a incompreensão com que tem sido tratada a união entre PSDB e PFL.

"Inexistência de bases de alianças sólidas tem sido a causa de dificuldades de exercício do poder até o final"

Eleição informatizada garante o voto popular, diz Cafeteira

Ele apelou ao líder do governo para o TSE conseguir a verba necessária à implantação do novo sistema até o ano que vem

A liberação de verbas para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dar prosseguimento à informatização das eleições, reduzindo as possibilidades de fraude no pleito de 1998, foi pedida pelo senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA). Nesse sentido, ele fez apelo ontem ao líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES).

O senador ressaltou que a informatização dos votos é um serviço que beneficia o país e garante a soberania do voto popular. Cafeteira lamentou que o governo ainda não tenha tomado as providências para garantir a utilização do sistema nas próximas eleições.



Epitácio Cafeteira

O senador voltou a reclamar, também, das dificuldades para a identificação dos eleitores, que, pelas regras atuais, não precisam apresentar documento de identidade para votar, nem têm fotografia nos títulos eleitorais. Des-

sa forma, segundo disse, qualquer pessoa que se apresente à sessão eleitoral com esse documento tem direito a votar. "Por isso o temos chamado de título ao portador", garantiu.

Epitácio Cafeteira lembrou que o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), apesar de ter defendido a obrigatoriedade da apresentação de documento de identidade para fazer valer o título de eleitor, acabou desistindo da medida para evitar que muitos ficassem impossibilitados de votar. No entendimento de Cafeteira, entretanto, o TSE precisa encontrar logo uma forma de resolver o problema.

Tebet explica que apenas atendeu apelos

Por ter sido citado pelo senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) a respeito da regulamentação das eleições do ano passado, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) esclareceu a mudança de seu parecer sobre a identificação do eleitor para atender apelos vindo não só do Judiciário, como das câmaras de vereadores e dos próprios senadores.

- Se fosse adotado o sistema de apresentação da carteira de identidade junto com o título de eleitor, muitos brasileiros teriam sido impedidos de exercer a cidadania. Eleição municipal é a mais importante para o brasileiro - disse o senador, esclarecendo que a matéria chegou ao Senado já no final de 1995 e, sendo votada na última hora, deixaria muitos eleitores sem condições de atender a uma nova exigência.

Tebet disse que a decisão do Senado não representou "desdouro", mas sim a compreensão da realidade brasileira. Entretanto, o senador acredita que o título eleitoral deve ter a fotografia de identificação. "O título deve bastar como documento, sendo incompreensível levantarem-se dúvidas sobre identidade de eleitor, se ele não se fizer acompanhar de um outro documento de identidade".



O ministro Ilmar Galvão presidirá o TSE ano que vem e já pediu ajuda ao presidente do Senado

TSE também pede a ACM por urna eletrônica

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o ministro Ilmar Galvão, do Supremo Tribunal Federal (STF), que presidirá o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições de 1998. O ministro pediu apoio à liberação de verbas do governo federal

para a ampliação da informatização do tribunal, visando melhor desempenho nas apurações das eleições de 1998, quando estará à frente do órgão.

Ilmar Galvão disse que o presidente do Senado, "como um entusiasta do processo de informatização, certamente dará apoio a qualquer proje-

to para a aquisição de máquinas de voto eletrônico e de outros recursos de informática para o TSE".

O presidente do Senado recebeu ainda em audiência o secretário-executivo da Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), José Antônio Carletti.

Recuperação de rodovias anima Miranda

Senador destaca notícia de que governo aplicará mais de US\$ 1 bilhão em obras, de início em Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Espírito Santo e Goiás

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) considerou ontem "alvissareira" a notícia publicada recentemente pelo *Jornal de Brasília*, segundo a qual o governo, em parceria com o Bird (Banco Mundial) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), estaria pretendendo investir mais de 1 bilhão de dólares na recuperação de 51 mil quilômetros de rodovias federais pavimentadas.

Os primeiros estados a serem beneficiados com os recursos no valor de US\$ 1,250 bilhão, segundo o senador, seriam Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Espírito Santo e Goiás.

Na opinião de Gilberto Miranda, "a era da competitividade já chegou e vai retirar do mercado o país que não otimizar sua infra-estrutura de escoamento da produção".

- Se já acordamos para a necessidade de intermodalização dos transportes, dando a devida importância à nossa rede fluvial, regularizando-a em hidrovias, a velha opção pela rodovia ainda continuará a constituir boa parte de nossa estrutura de transporte de carga. Isso significa que a recuperação e a manutenção da malha rodoviária são necessidades de primeira ordem, a que o governo está dando a merecida atenção - frisou.

Gilberto Miranda disse que "a estadualização das rodovias federais é uma outra opção". Esse processo se daria por meio de concessão,



Gilberto Miranda

e os estados, por sua vez, com a colaboração da iniciativa privada, criariam pólos de transporte para racionalizar o uso dos recursos públicos. "A privatização, porém, só representa uma

solução para o problema das estradas mais movimentadas, que propiciam um bom rendimento com a arrecadação do pedágio", observou.

Salientando que a duplicação da Rodovia Régis Bittencourt, entre São Paulo e Curitiba, "é outra boa promessa do governo", o senador afirmou que essa estrada cresceu em importância estratégica com o advento do Mercosul e não mais pode esperar por essa melhoria. "São R\$ 50 milhões que o governo aplicará, nos próximos dois anos, para duplicar o trecho paulista da

rodovia. Até o início do próximo século, espera-se que estará duplicada a ligação de São Paulo até Florianópolis."

- Essas são algumas das iniciativas do governo no sentido de reverter esse quadro de horrores que é o estado atual das rodovias brasileiras. Não tenhamos dúvidas: o peso dos transportes em nosso país é uma parte significativa do chamado "custo Brasil", e a qualidade das rodovias tem sido um fator importante de aumento do custo de nosso transporte de cargas - disse.

Senado envia à Câmara projeto que protege trabalhador de empresa falida

Aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), foi enviado à Câmara substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a projeto de lei da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que permite aos empregados da empresa falida elegerem representante legal para acompanhar todas as fases do processo de falência visando à satisfação dos créditos de natureza trabalhista.

Pela proposição, em caso de decisão que possa lesar os interesses dos empregados, o fato será comunicado pela parte interessada ao juiz, que, julgando a denúncia procedente, determinará a suspensão imediata dos



José Fogaça

efeitos dela decorrentes.

Benedita da Silva, ao justificar a matéria, disse que, em casos de falência, a administração da massa tem ficado a cargo do síndico, eleito pelos maiores credores do falido, nos termos da legislação em vigor.

- Entendo que essa sistemática impede uma maior parti-



Benedita da Silva

cipação dos empregados da empresa falida na administração da massa, e sendo os empregados do falido os maiores interessados na garantia da satisfação de seus créditos, urge que seja alterado o mecanismo da falência, a fim de corrigir essa distorção - destacou.

Ligue gratuitamente para 0800-614455 e saiba o que acontece no Senado

Patrocínio aprova ação que evitou conflito

Oito horas de negociações encabeçadas pelos ministros da Reforma Agrária e da Justiça e pelo presidente do Incra com o MST resultaram em desocupação pacífica de fazenda no interior goiano

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) cumpriu os ministros da Reforma Agrária e da Justiça, Raul Jungmann e Iris Rezende, e o novo presidente do Incra, Milton Seligman, pelas negociações que evitaram conflito na Fazenda Santa Rosa, município de Itaberai (GO), invadida por 350 famílias do Movimento Sem-Terra (MST).

- Está criado o ambiente propício para a implantação da reforma agrária no país - frisou.

Patrocínio disse que estava apreensivo, pois um juiz deferira a reintegração de posse e os sem-terra estavam dispostos a



Carlos Patrocínio

resistir aos policiais enviados para garantir o cumprimento da decisão judicial.

Oito horas de diálogo, conforme disse, resultaram no deslocamento dos sem-terra para uma área da Colégio (Companhia de Eletricidade de Goiás), onde per-

manecerão por 90 dias à espera de assentamento. Para o senador, o próprio MST, "mesmo sem admitir", cumpriu a medida provisória, recentemente editada, que proíbe a vistoria de terras invadidas.

O senador apelou ao presidente do Incra e aos ministros da Reforma Agrária e da Justiça para que o assentamento definitivo das famílias seja feito o mais rapidamente possível.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou que a medida provisória "é saneadora",

pois, ao atribuir a estados e municípios a competência para vistoriar imóveis e cadastrar sem-terras, promove a descentralização das ações de reforma agrária.

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), por sua vez, concordou que "é através do diálogo que os problemas mais graves do país serão resolvidos". Ele ob-

servou, ainda, que o governo também deve dedicar atenção aos pequenos proprietários, de modo a dar-lhes condições de produção adequadas.

"Está criado o ambiente propício para a reforma agrária", disse o senador

Hollanda enaltece vida e obra de Paulo Freire

"A melhor forma de homenagearmos Paulo Freire, esse excepcional educador brasileiro, é combatermos o analfabetismo e a exclusão a que está relegado o povo brasileiro, construindo, assim, um país mais livre e mais justo com que ele tanto sonhava", disse ontem o senador Joel de Hollanda (PFL-PE). A seu ver, o

método do pedagogo mudou a concepção da educação em todo o mundo, especialmente a compreensão de que todos devem ter acesso à alfabetização e à educação básica.

- O espírito crítico e o questionamento representam um dos componentes básicos não apenas do método, mas da filosofia da educação criada e praticada por Paulo Freire. Outra noção básica parte do seu profundo humanismo: a educação não é imposta de fora para dentro, mas ela constitui um processo de tomada de consciência do mun-

do, realizada originalmente por cada indivíduo, dentro de uma certa comunidade e de certas condições históricas - afirmou.

Hollanda lembrou que o pernambucano Paulo Freire viveu em Recife e em



Joel de Hollanda

Jaboatão, até ser exilado pelo governo militar em 1964, após ter realizado experiências de êxito em Pernambuco e outros estados nordestinos, chegando a ocupar a coordenadoria do Programa Nacional de Alfabetização. No exílio, continuou o senador, o educador trabalhou como professor universitário no Chile, foi nomeado especialista da Unesco, lecionou na

Universidade de Harvard e foi consultor de educação do Conselho Mundial de Igrejas.

- Prova de que o ser humano pode ser grande deu-nos ele próprio, ao retornar ao país, após 15 anos de saudade, sem ódio e sem arrogância, oferecendo sua extraordinária capacidade de trabalho em prol da educação. Se muito me orgulho, como brasileiro e pernambucano, da brilhante atuação intelectual, bem como da vida coerente e corajosa de Paulo Freire, também me inquieto porque persistem até hoje os males que ele procurou combater - salientou Joel de Hollanda.

"Do exílio de 15 anos, ele retornou ao Brasil sem ódio e sem arrogância"

Palmeira acha difícil prorrogação do FEF

A não ser, segundo o senador, que os ministros da Fazenda e do Planejamento estudem fórmulas e alternativas para compensar as perdas sofridas pelos estados e municípios

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) afirmou ontem que as dificuldades financeiras estão afetando tanto os estados e municípios que será difícil os senadores aprovarem a prorrogação, por mais um ano, do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que retém para a União repasse de impostos destinados aos governos estaduais e prefeituras. A proposta de emenda constitucional da prorrogação ainda se encontra em discussão na Câmara.

- O que se pede é que os ministros da Fazenda e do Planejamento estudem fórmulas e alternativas para compensar as perdas dos estados e municípios, requisito sem o qual, efetivamente, não haverá condições de pedir a solidariedade e o voto do Senado - disse Palmeira.

Ele lembrou que cabe ao Senado manter o equilíbrio federativo, e o FEF vem provocando desequilíbrio. Na opinião de Palmeira, sem a compensação, os estados e municípios estarão pagando "o ônus do programa de ajuste econômico, enquanto não se deu ainda qualquer passo significativo em favor da reforma tributária e da redistribuição das rendas públicas entre a União, os estados e os municípios". O se-



Guilherme Palmeira

nador apoiou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, por suas declarações ao jornal *O Globo*, de acordo com as quais, "sem mudanças, o fundo não será prorrogado".

Apesar de reconhecer que o FEF é essencial para manter a

estabilidade da moeda, Palmeira considera que não adianta ficar discutindo "argumentos inconsistentes" do governo, segundo os quais as perdas do fundo "estariam sendo compensadas pelo aumento vegetativo da arrecadação". "Há perdas incontestáveis", frisou. Disse ainda que os estados também perderam arrecadação com as isenções de ICMS sobre produtos primários exportados, aprovadas no ano passado. "Já o governo federal, além do FEF, beneficiou-se também da criação da CPMF, o que deve elevar a carga tributária deste ano a cerca de 31% do PIB, a maior de nossa história", observou.



Ramez Tebet

Tebet destaca inauguração da TV Morena

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem que a inauguração da TV Morena, em Campo Grande (MS), na semana passada, interligará os 77 municípios do estado. A seu ver, a emissora, que é filiada à Rede Globo, promoverá o intercâmbio cultural, político, econômico e social de Mato Grosso do Sul.

- Até a semana passada, o estado, com 350 mil quilômetros quadrados, encontrava-se mais ligado ao estado de São Paulo do que aos seus próprios municípios. Agora, graças à TV Morena, todos os fatos ocorridos na capital chegarão às 77 cidades de Mato Grosso do Sul - declarou.

Melo propõe "reformular" a reforma

Em aparte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) lamentou que a reforma tributária enviada pelo governo ao Congresso "não será suficiente para eliminar o déficit fiscal" e, ao mesmo tempo, o contribuinte não suporta novos impostos. Melo acha que a reforma tributária não inova, apenas altera tributos existentes e ignora as transformações econômicas do mundo. "O projeto não diz como vamos ficar se a reforma for aprova-

da." O senador pelo Rio Grande do Norte ponderou que "é preciso reformar a reforma tributária".

Já o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) lembrou que a deputada Yeda Crusius, relatora da emenda da prorrogação do FEF na Câmara, pretende evitar que seja retido, pela União, cerca de R\$ 1,2 bilhão, mas essa compensação, a seu ver, é insuficiente. "Há realmente necessidade de medidas compensatórias", afirmou.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES E GERALDO MELO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - 3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília.

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)

- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - Domingos Mourão Neto

Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.